

Pauta já foi entregue à Empresa

Depois de uma representativa Plenária em Tubarão, a pauta de reivindicações da Campanha Salarial da ELETROSUL deste ano recebeu sua versão final e já está nas mãos da Empresa. Agora é esperar o início das negociações. Os diretores com certeza vão pensar duas vezes antes de promoverem qualquer liquidação de propostas, afinal a categoria já demonstrou a força da sua união. Com quem tem poder de mobilização é assim: o que não vem com o acordo vem com a greve.

Mas enquanto não iniciam as discussões sobre a pauta, o sindicato participa de uma reunião de acompanhamento de acordo, nesta quarta às 14 horas. Nela serão tratadas as questões pendentes do acordo passado, como a adequação de remuneração relativa ao mercado Eletrobrás, entre outros...



Garantia no emprego... ou caos

Maturo Guimarães Passos
Presidente em exercício do Sind. Eletricitários Fpolis

Quando se fala em Garantia no Emprego, alguns empregados não se apercebem da importância de se ter esta cláusula assegurada em Acordo. Por isso, sempre que possível, é necessário levantar para a categoria pontos sobre o tema para reflexão e conscientização, como por exemplo:

a) A garantia no Emprego só impede a demissão sem justa causa;

b) A justa causa, pela própria CLT (Art. 482) permite que se demita por improbidade, assiduidade, desídia, ato de indisciplina etc...

c) As diretorias das Estatais são indicadas pelo partido que está no governo;

d) Nas empresas Estatais, quer se queira ou não admitir, a influência política é muito grande, e, como sempre, os compromissos políticos estão acima do desempenho da Empresa;

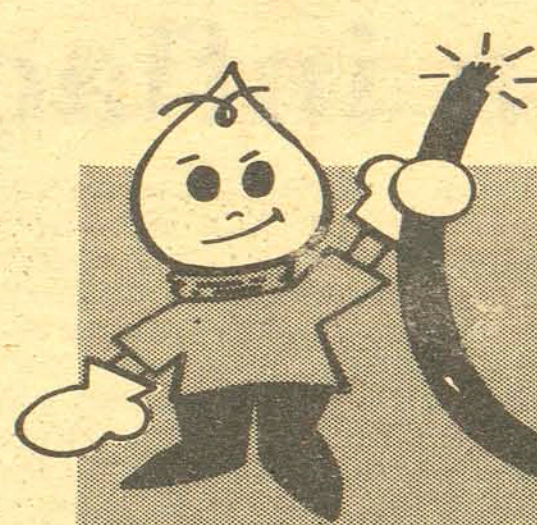
e) Num regime democrático, a alternância do partido no governo é uma realidade.

Isto colocado, vamos transportar este quadro para dentro da CELESC, onde, no final do mês, acaba a Garantia no Emprego para cerca de 6 mil empregados. Nesta empresa vai se estabelecer o caos absoluto sem a Garantia.

Mas algumas pessoas, talvez por terem simpatia pelo partido do governo, etc, teimam em acreditar que o caos não os atingiria. Estão errados. Pois ao se perder esta cláusula ela estará perdida para sempre, e os governos serão trocados e haverá verdadeiras "degolas" para substituir empregados por apadrinhados.

Uma coisa é certa: sem garantia no emprego não há o sol para alguns, mas o verdadeiro caos para todos!

E esta preocupação deve servir para todos os empregados, mesmo aqueles que hoje se encontram numa situação favorável, pois ninguém pode lhes assegurar que em 1990 o quadro não se reverta, virando o feitiço contra o feitiço.



Negociação CELESC:

Sem diretores da CELESC reunião durou pouco tempo

Durou pouco mais de cinco minutos o que seria a primeira rodada de negociações com a CELESC. A Intersindical, representada por um de seus advogados, ouviu a auto-apresentação do Grupo-Tarefa de Relações Trabalhistas e entregou a carta onde os sindicatos explicam que só negociarão com diretores da Empresa.

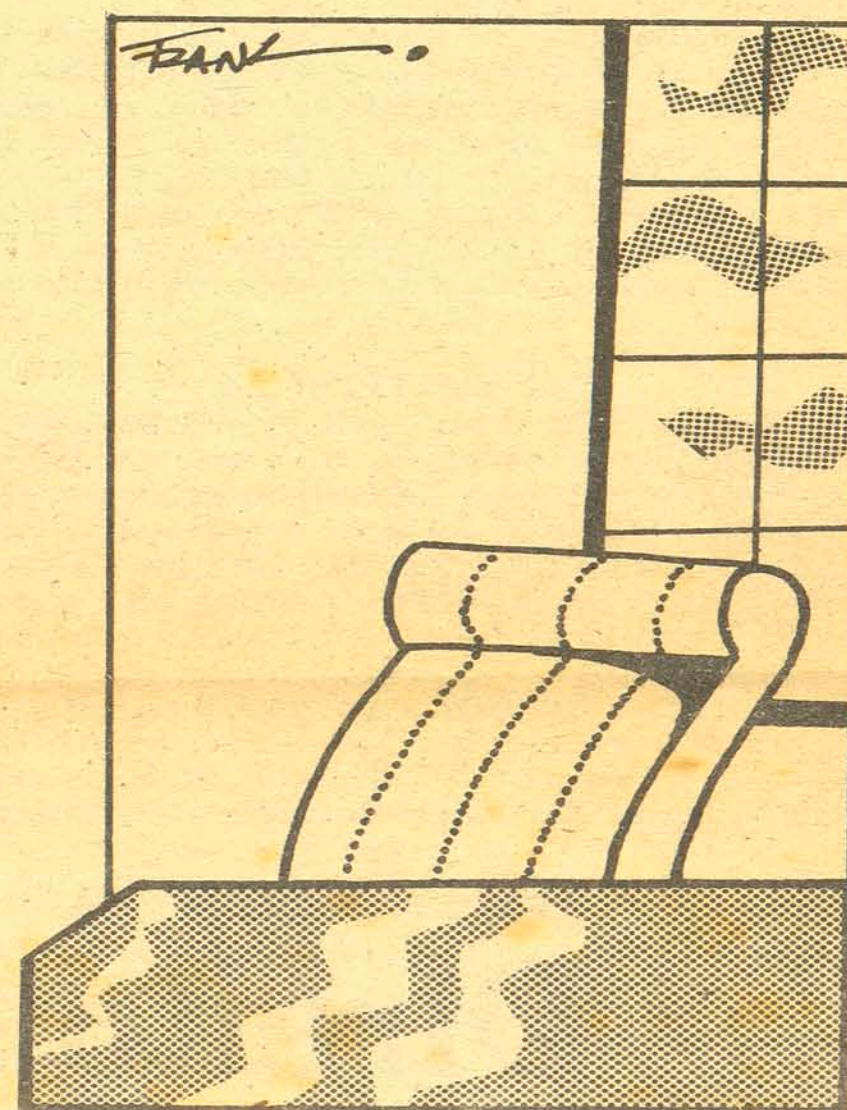
A Intersindical sabe que pela Lei das Sociedades Anônimas tais empresas só podem ser representadas por seu presidente ou seus diretores. Por esta razão a reunião havida não pode ser caracterizada como de negociação.

COMISSÃO

A Comissão da

Empresa, formada por empregados, tem também um Consultor Jurídico de São Paulo (será que a "gestão participativa" não acredita na competência dos advogados da Empresa?), um conhecido assessor de empresas, uma espécie de técnico em negociações.

Uma carta da Intersindical marca uma reunião com os diretores da CELESC para o dia 16. Esta data coincidiu com a que foi sugerida por um cronograma de discussões apresentado pela Comissão e que chegou à Intersindical através do advogado. A Intersindical está oferecendo o local para a reunião e deixou o horário para ser marcado pela CELESC.



Grupo Tarefa aposta na confusão

Apresentam sugestões que não têm respaldo da Diretoria

O grupo-tarefa de negociação da CELESC, que, conforme a Lei das Sociedades Anônimas, não tem poder para negociar, divulgou no dia 12 de setembro um informativo com algumas "sugestões" sobre a pauta de reivindicações aprovada em assembléia. O referido boletim não traz propostas da empresa, mas sim do grupo, não sendo nada oficial.

As sugestões suprimem a **garantia no emprego** e tentam enganar os empregados com propostas que parecem boas à primeira vista e que na verdade "não são bem assim..."

ILUSIONISMO

Se o grupo-tarefa não é bom em negociar (pois não tem poder), parece ser bom em ilusionismo. Os 62% de reajuste salarial que aparecem em letras garrafais no seu boletim são garantidos por lei, a

produtividade de 4% é menos da metade do reivindicado pelas assembléias (10%), os 8% de aumento por mérito são amarrados a avaliações com critérios não definidos.

Além disso, a Gratificação de Acordo aparece como se fosse para ser paga a todos. Mas os novos empregados ficariam dependendo de avaliações e o pagamento passa a ser parcelado.

CHAPÉU DOS OUTROS

Pior do que tudo é que o grupo-tarefa "faz cortesia com o chapéu dos outros". Querem colocar para discussão no Acordo a questão da produtividade de 1984, que não tem nada a ver com o assunto. A produtividade é uma **dívida da CELESC** com os empregados que já foi reconhecida por todas as instâncias do Poder Judiciário. Pagar a produtividade imediata-

mente não é mais do que a obrigação dos diretores da CELESC.

CONFUSÃO

Na verdade, o que o boletim do grupo-tarefa pretende fazer é confusão. Tentam confundir os celesquianos com o seu ilusionismo, com "propostas" vagas e que sequer têm respaldo oficial da "gestão participativa". Além disso, eles deveriam saber que a proposta dos empregados já passou por todas as assembléias e plenárias. A pauta da Intersindical é que representa a vontade dos empregados.

Com a confusão querem dividir e tirar o que há de mais valioso para os trabalhadores: **a garantia no emprego!** Mas eles não sabem que a cortina de fumaça que produzem não é suficiente para embaralhar os olhos de uma categoria que sabe ir à luta... e à greve se necessário!

Só quem luta conquista!

Quem está ganhando com a inflação?

Embora existam muitas divergências entre os economistas sobre as causas do processo inflacionário no Brasil, há um certo consenso — pela menos por parte dos economistas progressistas — de que a inflação, em países como o nosso, é uma das formas perversas nas quais se reveste a disputa entre as distintas classes e agentes econômicos (capitalistas, trabalhadores, banqueiros, comerciantes e governo) pela apropriação da renda nacional.

Ou seja, a inflação é uma forma menos transparente de transferência de renda dos segmentos econômica e politicamente mais fracos, para os setores e grupos mais fortes. Entre os primeiros, por certo estão os trabalhadores, cujos salários reais (poder aquisitivo) são invariavelmente reduzidos na corrida desigual entre reajustes de preços e salários. Basta ver as regras das políticas salariais recentes — como é o que acontece com o próprio reajuste pela URP —, para se avaliar a magnitude das perdas salariais.

Do lado dos ganhadores, costumam estar as grandes empresas oligopolistas, nacionais e estrangeiras, que, utilizando-se do seu enorme poder de mercado, conseguem impor reajustes de preços acima da média alcançada pelo restante da economia, e, com isso, apropriam-se de uma parcela cada vez maior da renda nacional.

RESISTÊNCIA

Porém, à medida que aumenta a capacidade de resistência dos setores perdedores (no caso dos trabalhadores, em função de sua organização crescente e também das elevadas perdas salariais já acumuladas), e ao mesmo tempo em que os grupos dominantes continuam a aplicar políticas agressivas de margens de lucros, os índices de inflação tendem naturalmente a se elevar. De certa maneira, é o que se tem verificado hoje, onde os assalariados procuram defender sua reduzida

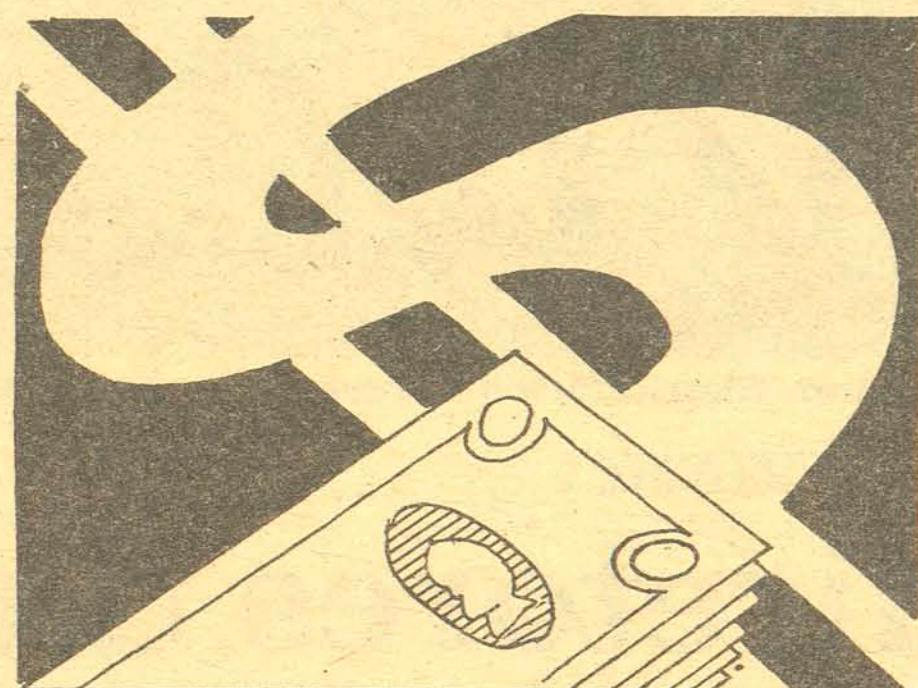
Produtividade 84:

Direito garantido não pode ser negociado

Algumas Comissões Mistas da CELESC andaram discutindo a questão da produtividade 1984 e chegaram a propor formas de pagamento que são, pelo menos, contraditórias. Uma delas fala na incorporação dos 4% a partir de setembro com o pagamento dos atrasados em 3 vezes, sendo uma parte financiada pela Fundação CELOS.

A primeira contradição da proposta está no fato de as Comissões Mistas tentarem administrar uma dívida que não é delas. Mais do que isso, ela propõe que os próprios empregados emprestem dinheiro para a CELESC pagar a sua dívida. Ou não são os empregados que mantêm a CELOS?

Ninguém pode esquecer que a Produtividade 84 é uma dívida reconhecida pela Justiça, uma questão que não cabe ser



participação na renda, ao passo que os setores empresariais não aceitam reduzir suas altas margens e taxas de lucros, apressando-se em compensar ou mesmo antecipar (de acordo com suas "expectativas") o aumento dos seus custos.

Essa disputa se acirra ainda mais quando a produção não cresce, isto é, quando a economia encontra-se em estagnação, como no presente momento. Pois, neste caso, o produto nacional (renda nacional) a ser distribuído entre os grupos está diminuindo.

Dentro do conflito distributivo, dois outros elementos próprios da crise estrutural brasileira têm-se constituído em graves quadros de inflação: a dívida pública interna e o endividamento externo.

DÍVIDA

A dívida pública interna tem causas complexas, mas que, em última instância, relacionam-se com o endividamento externo, com a constituição de uma esfera de especulação financeira com base nos títulos públicos e com os desmedidos subsídios e incentivos estatais aos capitais

privados. A combinação desses elementos contribui para a elevação da inflação através do constante aumento que acarreta sobre as taxas de juros e da injeção, por parte do governo, de volumosas emissões monetárias na economia, o que ajuda a desvalorizar a moeda nacional.

A dívida externa é responsável direta e indiretamente pela inflação. O seu pagamento de acordo com as normas dos credores obriga à: 1) geração de superávits comerciais gigantes na balança; 2) a desvalorização contínua do cruzado (elevando os custos das matérias-primas importadas); 3) a continuidade da recessão (impedindo que o produto nacional a ser distribuído cresça); 4) novamente, a forte injeção de cruzados na economia, através dos exportadores, que trocam seus dólares por moeda nacional, no Banco Central.

PERPETUAÇÃO

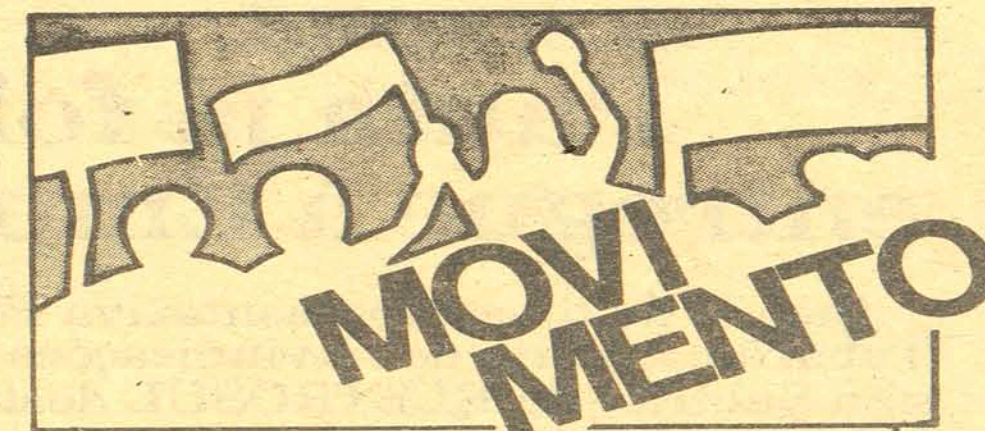
Qualquer elevação da taxa de inflação no Brasil tende a se perpetuar, em virtude dos fatores institucionais criados para a defesa automática dos grupos econômicos contra a inflação: os "indexadores" monetários dos preços, a taxa de câmbio, os juros e, em certa medida também os salários (embora a defasagem da URP imponha perdas significativas para os trabalhadores).

A espiral inflacionária, embora tenha seus nítidos perdedores, pode vir a se constituir em fator de instabilidade para os próprios ganhadores. Pois, quando se instaura a hiperinflação ou se está prestes a sua deflagração, além do perigoso ambiente político que se cria, tornam-se extremamente difíceis as previsões financeiras dos setores capitalistas, ocasionando grandes perdas para aqueles que eram seus cálculos. Como resultado, esses setores evitam correr muitos riscos, aplicando seu capital em investimentos seguros como o dólar, o "open market", o ouro, etc, agravando ainda mais a recessão.

Gerentes da ELETROSUL opinam sobre perfil de chefia

A resolução da assembléia que decidiu consultar todas as chefias da ELETROSUL sobre o perfil das chefias continua sendo aplicada. Até o momento 28 gerentes foram consultados, dos quais 20 assinaram o documento, concordando com o princípio de que os chefes são também empregados que devem ter autonomia e juízo próprio. Oito dos consultados não assinaram o documento, optando, mais uma vez, pelo "murismo".

O processo está se desenvolvendo de forma lenta, pois cada chefe tem discutido longamente a questão. Isso, por si só, revela o mérito da iniciativa da assembléia, pois nunca havia sido propiciado um contato direto do sindicato com cada gerente para discutir o perfil das chefias.

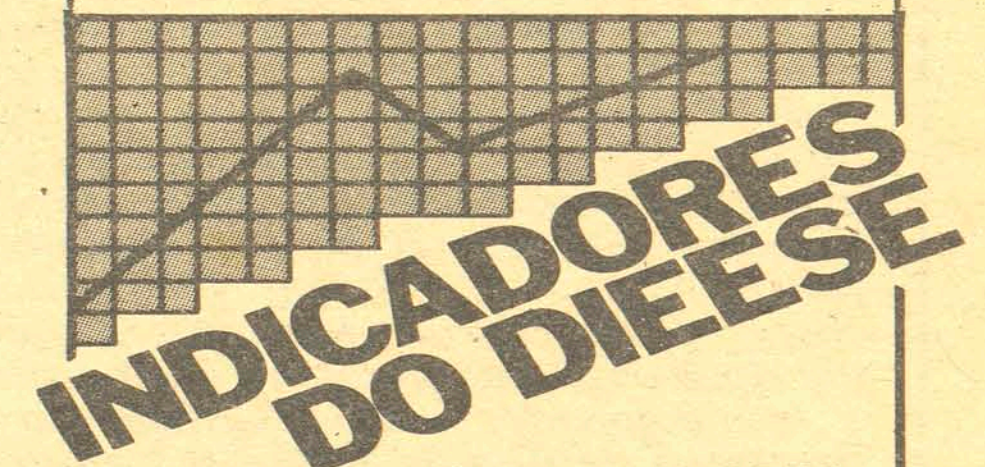


Já sacou?

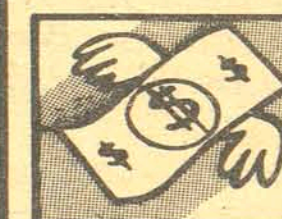
Quem não sacou pode ter a desagradável surpresa de não poder sacar mais. É que os bancários estão dispostos a permanecer em greve até que os banqueiros aceitem as propostas desta Campanha Salarial. Eles reivindicam a URP de setembro, 102% de reposição, produtividade — e não compensação dos 15% de maio, além de garantir os avanços nas cláusulas sociais. As perspectivas são de que a greve vá ser longa, logo não adianta procurar as agências. Para qualquer esclarecimento, os bancários montaram uma comissão de esclarecimento à população em frente à cate-dral.

Romaria da Terra

"Pequeno agricultor: garantir a terra é defender a vida" foi o lema de 30 mil trabalhadores rurais concentrados dia 11 na terceira Romaria da Terra. Eles repetem uma tradição cristã do século IV, com a novidade que atualmente as motivações religiosas das romarias estão sendo substituídas pelas causas sociais. A caminhada de dois quilômetros iniciou às 8 horas no assentamento 25 de maio, município oeste de Ponte Serrada, ao lado da BR 282. Colorida por cartazes e faixas: "UDR, plim, plim da Rede Globo", "Tudo novo só com a luta do povo", "Mulheres organizadas jamais serão pisadas", a manifestação pacífica em favor da Reforma Agrária e de outras transformações sociais finalizou às 16 horas ao som de "Chega de violência, exigimos saúde e previdência".

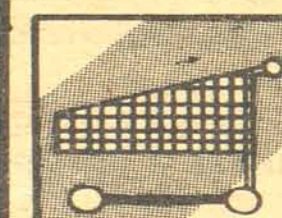


01/07/88 a 31/07/88



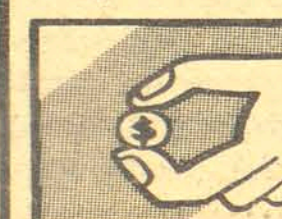
AUMENTO DO CUSTO DE VIDA POR FAIXA SALARIAL

1 a 3 Salários - 22,19%
1 a 5 Salários - 21,76%
1 a 30 Salários - 21,17%



CESTA BÁSICA DE FLORIANÓPOLIS

Cz\$ 9.038,02



SALÁRIO MÍNIMO NECESSÁRIO

Cz\$ 79.686,19

CONCUT reúne mais de 8 mil pessoas

O maior encontro sindical da história do Brasil. Com 7.800 delegados credenciados e mais de mil observadores, o 3º Congresso Nacional da CUT não poderia ganhar outro título. Foram cinco dias de debates em grupos de trabalho e plenárias que redefiniram a estrutura da CUT e definiram diretrizes para a luta dos trabalhadores.

O encerramento foi na noite de domingo (11/09), com a reeleição de Jair Meneguelli para a presidência da entidade. Participaram da eleição três chapas que compõem a diretoria de forma proporcional aos votos que tiveram. Outra resolução importante foi a ampliação do mandato da diretoria de dois para três anos, como ocorre na maioria dos sindicatos.